

Governo decide hoje se convoca o Congresso

BRASÍLIA — O presidente Fernando Collor decide hoje se convoca extraordinariamente o Congresso Nacional. Se depender do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, que se reúne com Collor às 9h, os parlamentares voltarão ao trabalho. Na mesma reunião, a medida provisória com a política salarial do governo deverá ser reeditada, o que força a convocação do Legislativo para votar uma medida considerada relevante e de urgência. "É inevitável. Não podemos deixar de fazer, porque senão a nação fica sem política salarial", disse Passarinho.

Apesar de o presidente do Congresso, senador Nelson Carneiro, já ter dito que será muito difícil conseguir quórum para votações, o governo não se preocupa. Passarinho tem esperança de que deputados e senadores compareçam às votações. Ele ponderou que três outras medidas provisórias — das mensalidades escolares, da extinção da empresa estatal Lloyd e do Imposto Territorial Rural — perdem a validade no próximo dia 17, o que obrigará a reedição de todas. Se o Congresso Nacional não for convocado agora, terá de ser chamado a trabalhar depois da republicação dessas medidas. "O início de janeiro é a melhor solução", disse.

Privatizações — Ao retornar de seu passeio a Angra dos Reis, o presidente Collor já entra direto, também, num tema que elegeu como meta prioritária para seu governo este ano: o processo de privatização das estatais. De manhã, após o encontro com o ministro Jarbas Passarinho, ele se reúne com o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e presidente da Comissão de Desestatização, Eduardo Modiano, que entregará um relatório sobre o processo de transferência para a iniciativa privada de 20 empresas públicas, como a Usiminas, a Siderúrgica de Tubarão e a Petrofértil. À tarde, Collor se reúne com os ministros da Agricultura, Antônio Cabrera, e o interino da Economia, João Maia, para discutir os vetos à Lei Agrícola aprovada pelo Congresso.